

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP)n^o 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal n^o 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) n^o 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-PB – 15/02/2023 – 9h Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEEAV	Alexandre Luiz Tonetti (S)
ANA	Osman Fernandes da Silva (S)
ASSEMAE	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
CODEN	Jaqueline Carraro Socci (T)
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico (T)
DAEE	Caroline Túbero Bacchin (T)
	Viviane Maria Beduschi de Arantes (S)
Elo Ambiental	Francisco Paulo Oliva Barijan (T)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
	Maria Cláudia Zorzenon Chinolli (S)
IPT	Priscilla Moreira Argentin (S)
P. M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Indaiatuba	Karoline Monaro (S)
	Danielle França Nery (S)
P. M. de Itatiba	Thaís Polezel Franco de Camargo (S)
P. M. de Jaguariúna	Silvana Turolla Broleze (S)
P. M. de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza (T)
SAA	Denis Herisson da Silva (T)
SABESP	Nilton de Santana (S)
	Rodrigo Ferraz Moreira (S)
SANASA	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
SANEBAVI	Mara Letelien Reis Leite (S)
SEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme (T)
SIMA	André Luiz Sanchez Navarro (T)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)
UNICA	André Elia Neto (T)

Membros ausentes	
Entidade	
ABCON	
AERA Amparo	
AESABESP	
CISBRA	
Consórcio Piraí	
DAAE - Rio Claro	
DAE Jundiaí	
DAE Valinhos	
IGAM	
Instituto Agir Ambiental	
IPÊ	

P. M. de Campo Limpo Paulista
P. M. de Jundiaí
P. M. de Louveira
Rotary International – D4590

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
CETESB	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Allan Campos
	Tiago Georgette
	Gabriel Sobreira
	Felipe Ferreira
	Roberta Dalfré
	Tony Segatto
	Lilian Cruz
	Diogo Pedrozo
	Eduardo Léo
	Kátia Cezarino
	Aline Briques
	Douglas Brunelli
	Ivens de Oliveira
	AEAP
SABESP	Wilson Stocco

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos quinze dias de fevereiro de 2023, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 98ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 8 de fevereiro de 2023. **2. Abertura da 98ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sra. Caroline Túbero Bacchin, representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) e coordenadora da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, e pela Sra. Raquel Eliana Metzner, representante do Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí/IPSA-C e coordenadora-adjunta da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, que agradeceram a presença de todos e indicaram aos presentes a existência de quórum em segunda chamada (mais de 33%) para o início da reunião. **3. Informes. 3.1.**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS
Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-PB – 15/02/2023 – 9h
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Informes da coordenação da CT-PB. A Sra. Caroline informou que não havia informes por parte da coordenação. **3.2. Informes dos membros da CT-PB.** A Sra. Caroline questionou os membros sobre os informes: **a)** o Sr. Eduardo Leo, coordenador de Sistemas de Informações da Agência PCJ, informou sobre o Relatório de Situação (RS) das Bacias PCJ 2022 - ano base 2021. Informou que foi corrido o processo de elaboração e aprovação do RS, mas que após avaliação da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi), foi estabelecida nota máxima. Assim, o Sr. Eduardo Léo parabenizou a equipe da Coordenação de Sistemas de Informações pelo trabalho e os membros da CT-PB pelo apoio e apontamentos; **b)** o Sr. André Navarro, secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL e coordenador do GT-Cobranças, informou sobre o andamento dos trabalhos realizados pela empresa contratada para estudo do mecanismo de cobrança pelo uso da água nos Comitês PCJ. Informou do envio aos representantes dos Comitês PCJ e demais instituições interessadas do Ofício Circular Comitês PCJ nº 088/2023, de 13/02/2023, convidando os interessados para responderem o Questionário sobre cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. Informou que há dois questionários, sendo um para usuários de recursos hídricos, e outro focado em órgãos de governo, município e organizações civis. Informou que os questionários devem ser respondidos até o dia 03/03/2023 e reforçou o apoio aos órgãos associativos de usuários para que repassem esses questionários para seus associados, como produtores rurais e empresas de saneamento. O Sr. Ivens de Oliveira, diretor administrativo e financeiro da Agência PCJ, destacou a importância dessa coleta para avaliação do instrumento cobrança pelo uso de recursos hídricos após 15 (quinze) anos de sua implementação; **c)** o Sr. André Navarro, dentro do trabalho de revisão dos mecanismos de cobrança, informou e convidou a todos para participarem da 1ª Oficina para Aperfeiçoamento das Cobranças PCJ, que será realizada no dia 09/03/23 das 9h30 às 16h30 na sede do CIESP DR Campinas. Reforçou que em breve o convite formal será encaminhado para: i. instituições representantes de usuários nos plenários; ii. instituições que integram a CT-PL e o GT-Cobrança; **d)** o Sr. Flavio Stenico, representante do Consórcio PCJ, informou que foi enviado pela entidade um ofício a todas as prefeituras

associadas solicitando informações sobre demandas e projetos dos municípios na questão de saneamento básico, envolvendo questões sobre água, esgoto e drenagem em discussão com o governo estadual e federal. Reforçou que como está ocorrendo mudanças tanto na esfera estadual como federal, essas informações subsidiarão as entidades das Bacias PCJ para restabelecer e/ou reforçar o contato com os novos gestores. **3.3. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.** A Sra. Caroline passou a palavra ao Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) para os informes: **a)** Alteração de representantes na CT-PB: informou que entre a última reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representante do membro **Consórcio Pirai**, solicitando o desligamento do Sr. Roberto Mario Polga como representante titular. Como essa alteração é de entidade já participante, o Sr. Tiago destacou que não cabe aprovação havendo apenas a ciência aos demais membros da CT; **b)** Plano de Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: o Sr. Tiago salientou a importância dos representantes realizarem cursos de capacitação em plataformas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo link <<https://capacitacao.ana.gov.br>> e do Capacita-SIGRH pelo link <<https://sigrh.sp.gov.br/capacita>>. Reforçou que os cursos disponibilizados na Escola Virtual de Governo (EV.G) estão integradas no sistema da ANA com todos os cursos disponibilizados naquela plataforma. Solicitou que os representantes que concluírem cursos encaminhem os certificados de cursos com os temas de meio ambiente e recursos hídricos, realizados em 2023, para o e-mail da SE/PCJ, para que os Comitês PCJ possam atender as metas do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ; **c)** Próximas reuniões agendadas dos Comitês PCJ: convidou a todos para participarem, destacando que a participação não é obrigatória para não membros, sendo elas: **i.** 88ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ no dia 03/03/2023 às 9h, por videoconferência; **ii.** a 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, a ser realizada no dia 30/03/2023, às 9h30. A reunião está programada para acontecer presencialmente no município de Piracicaba/SP. Informou que a Plenária estava planejada para acontecer no dia 31/03, mas foi reagendada por necessidade da Diretoria dos Comitês PCJ. **4.**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS
Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-PB – 15/02/2023 – 9h
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Aprovação da Ata da 97ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 22/11/22. Na sequência, a Sra. Caroline abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta da Ata da 97ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 22/11/22, no Museu da Água em Indaiatuba/SP. A Sra. Caroline questionou se haveria alguma alteração ou complemento da minuta, e não havendo, colocou em votação sendo aprovada por unanimidade. **5. Aprovação de novos membros.** Na sequência, a Sra. Caroline passou a palavra para o Sr. Tiago Georgette que informou que a Secretaria-executiva dos Comitês PCJ recebeu duas solicitações de ingresso de novos membros na CT-PB, sendo elas: **i. Prefeitura Municipal de Analândia/SP** com ofício enviado em 11/01/2023 solicitando ingresso na CT-PB como membro e indicando o Sr. Wladimir Schalch Junior como representante titular e o Sr. Leandro Eduardo Santarpió como representante suplente; **ii. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP)** com ofício enviado em 10/02/2023 solicitando ingresso na CT-PB como membro e indicando a Sra. Tatiane Elaine Zani Bistafa como representante titular e o Sr. Luis Chorilli Neto como representante suplente. Informou que nos meses de julho de anos ímpares, todas as entidades podem ingressar e que após esse período, o acesso se dá por meio da aprovação dos demais membros da CT. Assim, a Sra. Caroline colocou em apreciação e foi aprovado por todos o ingresso tanto da PM de Analândia/SP como da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP) como membros da CT-PB. **6. Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ (PAP-PCJ).**
6.1. 4.1 Aprovação do Relatório Anual de execução do PAP/PCJ: A Sra. Caroline convidou o Sr. Ivens de Oliveira, diretor administrativo e financeiro da Agência PCJ, que informou sobre o Relatório de Execução do Programa de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ (PAP-PCJ) exercício 2022 e destacou que aquele ano foi mais tranquilo no aspecto da execução pelo retorno das atividades presenciais, gerando bom índice de desembolso nos projetos previstos. Destacou que o valor contratado em 2022 foi substancialmente maior que o valor de 2021, deixando pouco recurso não empenhado, o que é uma determinação dos órgãos de controle. Na sequência, o Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, analista técnico da Coordenação de Sistemas de Informações da Agência PCJ apresentou o Relatório de Execução do

PAP-PCJ. O Sr. Diogo apresentou as características gerais do PAP e como sua execução pela Agência PCJ é acompanhada no âmbito dos Comitês PCJ. Informou que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/22, de 04/10/2022 ([link](#)) estabelece em seu artigo 2º que “Caberá à Agência das Bacias PCJ: [...] V - elaborar e encaminhar à Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB), até o dia 31 de janeiro de cada ano, relatório sobre a execução das ações previstas e proposta de alteração no PAP-PCJ 2021- 2025 e no POA referente a cada exercício”. Atendendo ao disposto, em 30/01/2023 foi encaminhado o Ofício Agência PCJ nº 016/2023, que encaminhou o Relatório de Execução do PAP-PCJ - exercício 2022 e sua proposta de alteração para o exercício 2023. Informou que foi previsto para o ano de 2022 o valor a ser investido de R\$ 39.063.888,85 (trinta e nove milhões, sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos). Ressaltou que já foi reservado naquele ano o montante de R\$ 3.025.477,99 (três milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e nove centavos) para iniciar as discussões e formalização para financiamento de obras na modalidade reembolsável. O planejamento orçamentário do PAP-PCJ prevê três momentos: i. previsto no Plano de Recursos Hídricos (PRH); ii. provisionado no PAP; iii. autorizado no Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias PCJ (POA-PCJ) para contratação e execução. Já, na etapa de execução, há o momento do Empenho do valor para contratação e Desembolso, quando o serviço é pago conforme execução e controle do contrato. O Sr. Diogo informou que do valor que o PAP-PCJ estabelecia para 2022, foi empenhado o valor de R\$ 22,4 milhões (vinte e dois milhões e quatrocentos mil reais) e efetivamente desembolsado o montante de R\$ 7,8 milhões (sete milhões e oitocentos mil reais). Apresentou o novo formato de visualização e acompanhamento das metas físicas com detalhamento facilitando o acompanhamento sistemático das instituições interessadas. Apresentou os principais desafios no exercício de 2022 que foram: i. retomada das atividades presenciais no contexto da pandemia de Covid-19; ii. alterações nas gestões municipais; iii. impugnações de editais e processos longos em licitações; iv. delineamento e detalhamento de escopos de contratações, como Termos de Referência; v. reorganização orçamentária com a retomada dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS
Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-PB – 15/02/2023 – 9h
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

pagamentos da empresa SABESP; vi. acompanhamento para as metas físicas. Já para os próximos exercícios, são definidos como desafios: i. aproximação com cenário intermediário do PBH-PCJ 2020-2035 abrangendo ações de priorização para investimentos e divulgação, conscientização e mobilização dos atores envolvidos; ii. acompanhamento das metas físicas; iii. acomodação dos recursos financeiros não contratados e execução das ações. A Sra. Caroline agradeceu a apresentação e informou que a execução do PAP-PCJ demanda uma avaliação dos membros e aprovação de um Parecer Técnico a ser encaminhado para a Secretaria-executiva dos Comitês PCJ. A Sra. Caroline solicitou que a Sra. Kátia Sampaio Cezarino, analista técnica da Coordenação de Sistemas de Informações da Agência PCJ, para apresentar o conteúdo do Parecer Técnico aprovando o relatório encaminhado pela Agência PCJ. A Sra. Caroline colocou em avaliação de todos sendo o Parecer Técnico aprovado por unanimidade. A Sra. Caroline agradeceu e deu prosseguimento na pauta. **6.2. Proposta de alteração do PAP:** A Sra. Caroline convidou o Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, analista técnico da Coordenação de Sistemas de Informações da Agência PCJ que apresentou a proposta de alteração do PAP-PCJ. O Sr. Diogo apresentou que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/22, de 04/10/2022 ([link](#)) estabelece em seu artigo 2º, inciso IV e alínea a: “elaborar propostas de alteração no PAP-PCJ 2021-2025 e no POA referente a cada exercício, envolvendo: a) o remanejamento de saldos não utilizados para outras ações ainda não contratadas e constantes no PAP-PCJ 2021-2025 e POA referente ao exercício”. Como a proposta de alteração ficou abaixo de 10% (dez por cento) do montante global, a aprovação da alteração será feita apenas pelos membros da CT-PB. Informou que o balanço do POA-PCJ 2022, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 387/21, de 10/12/2021 ([link](#)) com o realizado apresentou arrecadação menor que o previsto, rendimentos financeiros superior ao previsto, ações contratadas com economia orçamentária e ações que estavam previstas para contratação em 2022 e não ocorreram por motivos diversos. Informou que da receita que foi prevista para o ano de 2022 no valor de R\$ 39.063.888,85 (trinta e nove milhões, sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), foram realizados R\$ 36.843.432,82 (trinta e seis milhões, oitocentos e quarenta e três mil,

quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos). Considerando as entradas e despesas não realizadas no período, o saldo efetivo de 2022 foi de R\$ 13.614.969,05 (treze milhões, seiscentos e catorze mil, novecentos e sessenta e nove reais e cinco centavos) que deverão ser replanejados e distribuídos em ações nos próximos anos de vigência do PAP-PCJ, ou seja, entre 2023 e 2025. O maior volume de alteração se deu para o ano de 2023 onde o provisionado vai de R\$ 34.079.498,74 (trinta e quatro milhões, setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos) para R\$ 44.987.414,77 (quarenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e catorze reais e setenta e sete centavos), sendo que há alterações para 2024 e 2025. O Sr. Diogo explicou que saldos do custeio da Agência não são redistribuídos e passam a compor a reserva orçamentária da Agência, cujo uso é decidido por seu Conselho Deliberativo. Como considerações finais, o Sr. Diogo destacou que ainda há reflexos das ações decorrentes da pandemia de Covid-19; houve o aumento do empenho de recursos em 2022 comparado a 2021; que foi realizado o empenho de 57% (cinquenta e sete por cento) dos recursos previstos para 2022; que houve o desembolso de 37% (trinta e sete por cento) dos recursos frente ao que foi empenhado; que houve dificuldades para realizar alguns contratos por questões de licitação e outras; que houve economia orçamentária em sua execução; e que há desafios para o acompanhamento das metas físicas, demandando mais clareza nas métricas. Como o valor alterado ficou em 8% (oito por cento) do valor total do PAP-PCJ, o Sr. Diogo explicou que cabe apenas a aprovação dos membros da CT-PB não sendo necessário a tramitação posterior conforme disciplinado na Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/22. A Sra. Caroline agradeceu a apresentação e questionou os membros sobre dúvidas e esclarecimentos. O Sr. Osman Fernandes da Silva, representante da ANA, questionou se o valor atípico liberado do processo da SABESP estava previsto no POA-PCJ. O Sr. Diogo esclareceu que não estava previsto, já que a data de liberação era desconhecida e que após liberação, os documentos orçamentários foram revistos. O Sr. Osman questionou o critério para dimensionamento do valor alocado para financiamento na modalidade reembolsável. O Sr. Diogo informou que, devido ao ineditismo das ações, foi alocado um valor próximo a 10% (dez por cento) do valor da cobrança e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-PB – 15/02/2023 – 9h Reunião por videoconferência – *Google Meet*

que pudesse financiar pelo menos um projeto de financiamento, conforme valores avaliados nos anos anteriores e que este processo será de construção da metodologia e procedimentos junto aos órgãos envolvidos. Destacou que o valor foi mais baixo, pois já que é um processo em implementação, não ficariam valores excessivos não empenhados no processo e que demandaria redução dos pontos de avaliação pela ANA. O Sr. Ivens de Oliveira complementou informando que esse processo de financiamento reembolsável será primordial nas diretrizes em análise da revisão da cobrança que está sendo executado por empresa contratada e acompanhada no âmbito do GT-Cobrança. O Sr. Osman destacou que esse processo de financiamento reembolsável é muito importante e que a aplicação dessa iniciativa aproxima a realidade do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos brasileiros da realidade francesa, onde o Brasil buscou conhecer para implementá-la aqui. O Sr. André Elia Neto, representante da UNICA, destacou que essa demanda é antiga na sociedade civil e que trará grandes benefícios a toda a comunidade das Bacias PCJ. A Sra. Caroline agradeceu a apresentação e deu prosseguimento à pauta. **7. Reativação do GT-Implementação:** A Sra. Caroline informou que o Grupo de Trabalho foi composto há dois anos e questionou se demais membros da CT-PB desejariam participar do Grupo. Após debate, o GT-Implementação ficou composto pelos seguintes membros e representantes: ABCON, representado pela Sra. Ana Paula Fernandes Abrahão; ASSEMAE, representado pelo Sr. Paulo Roberto Szeligowski Tinel; CIESP - Bragança Paulista, representado pelo Sr. Michele Consolmagno; Consórcio PCJ, representada pelo Sr. Flávio Forti Stenico; DAE Jundiaí, representado pela Sra. Maria das Graças Martini; DAEE, representado pela Sra. Caroline Túbero Bacchin; Elo Ambiental, representado pelo Sr. Francisco Paulo Oliva Barijan; IPSA-C, representada pela Sra. Raquel Eliana Metzner; P. M. Jundiaí/SP, representado pelo Sr. Guilherme Theodoro N. P. de Lima; SABESP, representado pelo Sr. Maurício Polezi; SANASA, representado pelo Sr. Paulo Roberto Szeligowski Tinel; SEMAE, representado pelo Sr. Hugo Marcos Piffer Leme; SIMA, representado pelo Sr. André Luiz Sanches Navarro; SORIDEMA, representado pela Sra. Raquel Eliana Metzner; PM de Jaguariúna/SP, representado pela Sra. Silvana Broleze; ANA,

representado pelos Srs. Marcelo Mazzola e Osman Fernandes da Silva; CETESB, que fica aguardando a indicação de representante. A Sra. Caroline agradeceu a disponibilidade dos membros e informou que em breve serão convocados para as reuniões sendo que esse GT deverá analisar e emitir pareceres acerca da implementação do PBH-PCJ 2020-2035. **8. Outros assuntos.** A Sra. Caroline questionou os membros acerca de outros assuntos e não havendo solicitação deu prosseguimento à pauta. **9. Encerramento:** Nada mais havendo para debater, a Sra. Caroline Túbero Bacchin, coordenadora da CT-PB, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, destacando que a próxima reunião acontecerá por videoconferência.

Caroline Túbero Bacchin
Coordenadora da CT-PB

Raquel Eliana Metzner
Coordenadora-adjunta da CT-PB